

A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária¹

Sérgio Botton Barcellos

Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
e-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

Resumo

A partir desse artigo pretende-se discutir o tema das relações de interdependência entre os movimentos sociais e o Estado na constituição dos assentamentos de reforma agrária. Desse modo, esse trabalho tem como problema analisar: quais são as relações de interdependência entre o MST e o Estado na constituição de um assentamento de reforma agrária? A partir disso, pretende-se problematizar quais as inter-relações contidas entre o Estado e a coordenação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na constituição de um assentamento de reforma agrária ao final dos anos 1990 no Rio Grande do Sul. As fontes de pesquisa utilizadas para coletar os dados e as referências nesse trabalho foram obtidas em: bibliografias temáticas pesquisadas; artigos acadêmicos; e percepções a partir de vivências do autor em alguns assentamentos de reforma agrária. Sob essas condições, acredita-se que as características deste assentamento podem ser consideradas como um dos indicadores de quais os rumos, sentidos e desdobramentos das relações de entrelaçamento entre o Estado e o MST no processo de constituição do Assentamento Santa Rosa.

Palavras-chave: estado, movimentos sociais, interdependência, assentamentos.

Resumen

La interdependencia entre estado y MST en la constitución de un asentamiento de reforma agraria

En este artículo propone-se discutir el tema de las relaciones de interdependencia entre los movimientos sociales y Estado en la constitución de políticas públicas la reforma agraria. Por lo tanto, lo objeto deste trabajo es analizar el problema: ¿cuáles son las interdependencias entre el MST y el Estado en el establecimiento de un acuerdo para políticas públicas de la reforma agraria? De esto, tenemos la intención de hablar sobre que contenía las interrelaciones entre las diferentes esferas de la dirección de los gobiernos y del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en el establecimiento de un acuerdo. Las fuentes de investigación utilizadas para recopilar agraria en la década datos y referencias en este trabajo se obtuvieron de los temas de investigación: bibliografías, artículos de académicos y puntos de vista de las experiencias de lo autor. Como un indicador de dirección, que direcciones y desarrollos en las relaciones entrelazadas entre el estado y el MST en el proceso de formación de la solución de Santa Rosa.

Palabras-clave: estado, movimientos sociales, interdependencia, asentamientos de reforma agraria.

¹ Este artigo é um dos desdobramentos relativos ao trabalho de dissertação do autor intitulado “A Formação do Discurso da Agroecologia no MST”, CPDA/UFRRJ, 2010.

Abstract

The interdependence between state and the MST in constitution a land reform settlement

This paper searches to understand which the theme of interdependence between social movements and the state of the constitution in land reform settlements. This article the analysis of the problem: what are the interdependencies between the MST and the State in establishing a settlement of agrarian reform? From this to problematize this contained the interrelationships between the different spheres of government and political leadership of the Movement of Landless Workers (MST) in the establishment of a land reform settlement in the years 1990. The research sources used to collect data and references to this paper were obtained in: researched bibliography in the writing of the author's dissertation; academic articles; and perceptions from the author's experiences in some land reform settlements. In this research it was considered that an indicator of which direction, directions and developments of the relations in the process of formation of the Santa Rosa settlement between the state and the MST.

Keywords: state, social movements, interdependence, settlements.

Introdução

Em um campo permeado por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso da terra no Brasil, os movimentos sociais mobilizados em torno da questão fundiária também estão passando por determinados processos de mudança e ampliação tanto no seu repertório de pautas, quanto em suas formas de organização e atuação política. Nesse cenário, em âmbito nacional, estão ocorrendo disputas, conflitos e iniciativas mediante a ocupação de territórios e o planejamento de ações em desenvolvimento local em diversas regiões e localidades, como aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas, assentamentos rurais, dentre outros espaços. Muitas dessas experiências e oportunidades são mediadas e desenvolvidas por diversos grupos de interesse social, em contraposição ou favoravelmente ao Estado, como as empresas que participam da cadeia produtiva do agronegócio tanto no meio rural, quanto no urbano.

Perante a realidade na qual é debatida a reforma agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa historicamente lugar de destaque como mediador desse processo. No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos camponeses, dentre eles, o MST, incorporou, como uma das suas questões centrais, temas relacionados às formas de ocupação, estruturação e organização social, econômica e ambiental para a constituição de assentamentos de reforma agrária.

Os agentes atuantes na realidade em que um assentamento é conquistado e constituído centram-se, muitas vezes, nas propostas e experiências vivenciadas pelos assentados, técnicos e dirigentes vinculados ao MST, pelos diferentes graus de acordo e capacidade decisória entre eles, frente ao Estado e demais agentes (governo municipal, grandes proprietários, empresas em agronegócio, etc.) situados no contexto local. Outro aspecto é o relativo ao campo político configurado pelo conjunto de fatores sociohistóricos do meio rural no Brasil, no qual perpassam as questões da atuação política e das experiências vivenciadas junto ao Estado e aos diferentes governos, partidos, sindicatos em busca de aliados, oportunidades e negociação; as pautas relativas às políticas públicas, como a reforma agrária, o acesso ao crédito e a assistência técnica; questões relativas à mobilização da base social do MST, como reuniões, encontros e congressos do Movimento; dentre outras possibilidades de relação social inerentes ao processo em questão.

Dessa forma, propõe-se problematizar: quais são as relações de interdependência entre o MST e o Estado na constituição de um assentamento de reforma agrária? A partir

disso, o objetivo desse ensaio é identificar os agentes e quais as possíveis relações de interdependência contidas entre o Estado e o MST a partir da constituição de um assentamento.

O Assentamento Santa Rosa, que foi escolhido como espaço de pesquisa para ser o plano empírico dessa discussão, está localizado em uma das regiões de maior densidade de assentamentos e assentados no estado do Rio Grande do Sul (RS). O município de Tupanciretã possui 17 assentamentos, dos quais 11 são coordenados pelo MST. A escolha desse assentamento justifica-se, em grande medida, pelo mesmo ter sido estruturado pelo programa estadual de reforma agrária, intitulado “Novo Modelo de Assentamentos” durante o governo estadual - gestão 1999 a 2002 (Governo Olívio Dutra – PT). Esse programa, na história recente (anos 1980 em diante), foi considerado um dos poucos programas de reforma agrária formulados e implementados pelo governo estadual no RS em interlocução com os movimentos sociais rurais, como o MST e outros.

Junto com a abordagem de campo social, pretende-se acionar e lançar mão do conceito de interdependência como arcabouço teórico da discussão, a partir de Norbert Elias. Compreende-se que essa lente analítica pode auxiliar na elaboração desse trabalho por apontar uma perspectiva em que é possível visualizar como os agentes sociais constroem teias de interdependência, que dão origem a configurações de diversos tipos, como por exemplo, na relação entre o Estado e o MST (ELIAS, 1994). A partir dessa noção de agentes/atores múltiplos, integrais, cujo coletivo se forma pela articulação das diversas situações de dominação contestadas por seus movimentos, considera-se, conforme Ferrante (1994), que analisar o que as classes populares são perde o sentido, em detrimento de analisar aquilo que os grupos estão enfrentando e estão *sendo* na realidade, ou seja, no seu espaço de vivências, no caso os assentamentos.

Assim, nesse ensaio, a significação da ação denominada como “constituição” será referente às possíveis relações de interdependência entre os agentes sociais que compartilham da formação do universo social em questão nesse trabalho, isto é, o Assentamento Santa Rosa. Dessa forma, será realizado um exercício de não apenas identificar as relações explícitas contidas entre os agentes sociais nesse processo, mas indicar caminhos para a compreensão do conjunto de processos sociais que culminaram na constituição desse assentamento. Optou-se por evidenciar os diferentes agentes de Estado e do MST que interagiram nesse processo, bem como identificar as disputas e acordos estabelecidos entre eles.

As fontes de pesquisa utilizadas para coletar os dados e as referências usadas nesse trabalho foram obtidas em: bibliografias pesquisadas para elaboração de dissertação de mestrado do autor; artigos acadêmicos temáticos; percepções a partir de vivências do autor em alguns assentamentos de reforma agrária. Além disso, como fonte primária, foi realizada a coleta de dados por meio dos seguintes instrumentos: a observação participante e a realização de entrevistas².

O trabalho será apresentado em dois tópicos principais: “A formação dos assentamentos para o MST e as relações de interdependência com o Estado nesse processo” e “O Assentamento Santa Rosa e suas interfaces com o contexto local”.

A formação dos assentamentos para o MST e as relações de interdependência com o Estado nesse processo

Conforme bibliografia acadêmica, as discussões em relação aos sistemas de organização dos assentamentos de reforma agrária no MST tiveram início a partir do ano de 1986. Segundo Fernandes e Stédile (1999), isso ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente frente à realidade desse contexto histórico. A direção do MST, no final dos anos 1980 e início dos 1990, compreendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re) organização da produção,

² Foram ouvidos os assentados, a assistência técnica e os dirigentes locais do MST.

a partir da cooperação e, posteriormente, com a consolidação da cooperativa também como forma específica de formação política, seria favorecida a viabilização socioeconômica dos assentamentos. Porém, o modelo de coletivização, baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) não excluiu a sua base social de experienciar variados conflitos sociais e dificuldades econômicas, com o passar dos anos.

Assim, as CPAs podem ser consideradas como uma das principais formas nas quais o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e de organização produtiva nos anos 1990. Naquele modelo preconizado pelo MST, os fatores de produção Terra, Trabalho e Capital eram gestados coletivamente por meio das Cooperativas. Alguns princípios como a planificação econômica, a autogestão, a divisão técnica do trabalho e da produção eram difundidos junto ao discurso relacionado a esse modelo de produção. Desse modo e durante este período histórico foram organizadas mais de 40 experiências de produção coletiva e cooperativizada, nos assentamentos sob a coordenação política do MST em diversas regiões de todo o país (MARTINS, 2004).

Com as eleições de 1994 e 1998, nas quais Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito Presidente consecutivamente, inaugura-se mais uma fase da Questão Agrária no Brasil, em relação ao processo de Reforma Agrária e implementação de assentamentos. Conforme Fernandes (2001), o governo FHC realizou em seu primeiro mandato uma ampla política de constituição de assentamentos rurais. Desse modo, acreditava-se que assentando somente as famílias acampadas, ocorreria reforma agrária no Brasil no sentido de reduzir a desigualdade social e a concentração fundiária no Brasil.

Destaca-se que neste governo ocorreu a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com isso institucionalizou-se uma visão considerada dualística de agricultura – ou uma política de focalização. Essa política pode ser expressa por uma separação, em que o apoio à agricultura familiar ficou majoritariamente sob os auspícios do MDA e a agricultura intensiva aliada ao agronegócio ficou vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)³ (SABOURIN, 2007). Sob o ponto de vista do Estado no Brasil a categoria de agricultura familiar incluiu os assentados de reforma agrária.

Em relação à assistência técnica para os assentamentos, o LUMIAR (Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária) foi uma política pública resultante das diversas lutas e mobilizações sociais empreendidas na primeira metade da década de 1990, por setores sociais organizados em sindicatos, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e os Movimentos Sociais, no caso o MST. O Projeto LUMIAR foi uma das iniciativas do Programa Novo Mundo Rural e ocorreu no período em que o MST adotava como modelo de produção as CPAs.

Entre o final de 1999 e início de 2000, após denúncias de desvios de recursos públicos e de função das equipes locais (PIMENTEL, 2007, p. 74; GUANZIROLI, 2001), o LUMIAR foi extinto e suas ações foram integradas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Diante da conjuntura política constituída no governo Collor e FHC (1990 – 1998), é importante considerar que o Estado brasileiro teve participação ativa e dinâmica como agente financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos, além do fomento em assistência técnica. Assim, essas políticas governamentais de crédito e assistência técnica influenciaram no processo de implantação das cooperativas almejadas pelo MST (BORGES, 2007).

Mediante esse conjunto de dinâmicas sociais é que várias propostas relativas à viabilização socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária foram elaboradas, tanto pelo Estado, como pelo conjunto de militantes do MST. Nesse sentido, a opção por um determinado tipo de organização sociopolítica e produção de relações de trabalho faz parte dessas situações de inter-relação e disputas por projetos políticos, rumos e discursos, tanto

³ Essa medida apenas cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura com duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada [...] (SABOURIN, 2007, p. 718).

externamente, quanto no interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social.

Cabe ressaltar que este tipo de organização da produção em CPAs ainda é acionada e está em vigência, sendo uma alternativa em alguns grupos de assentados ou em assentamentos pelo Brasil. Dentre esse conjunto de fatores relativos ao MST e aos diversos agentes os quais atuavam em meio ao campo social da Reforma Agrária no Brasil na época, o modelo cooperativista e de coletivização no MST, bem como a afirmação destes princípios organizativos entraram em evidente questionamento e crise junto à base social do Movimento, em especial no final dos anos 1999⁴. Essa crise possibilitou que houvesse em meio ao MST um processo que proporcionasse avaliações e a abertura de oportunidades para que ocorressem mudanças importantes tanto na orientação política, quanto na organização da produção e comercialização agropecuária do MST junto aos assentamentos rurais (BORGES, 2007).

Diante disso, para além das disputas e conflitos constantes entre o Estado e o MST é possível encontrar ações de cooperação e dependência entre Estado e movimentos, conforme Sygaud (2009), a partir de uma rede de relações de compromissos e obrigações, fundamentais na formação, desde os acampamentos e mais tarde dos assentamentos. Assim, a partir do Assentamento Santa Rosa é que busca-se identificar nesse trabalho essas relações de entrelaçamento, interdependência e influência política configuradas por acordos e conflitos entre Estado e MST na formação de diversos assentamentos no Brasil.

Frente aos questionamentos desse projeto de organização social e cooperativista de produção e comercialização no MST, a Agroecologia⁵ vem sendo constantemente mencionada em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento a partir da necessidade de rumar para mais uma experiência socioproductiva. Em meio a esse momento, o indicativo da adoção de outro modelo de produção foi explicitado mediante uma sistematização de estratégias em torno da Agroecologia que começaram a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento agropecuário e de possível transformação social.

A partir disso é possível analisar que cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação e conduta. Com isso, determinada posição e estratégia política adotada por um movimento social ao propor um plano de desenvolvimento para os assentamentos sob os preceitos da Agroecologia seriam possíveis e outras seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política, como pela base social do MST.

Um outro aspecto a ser ressaltado é que nas fontes acadêmicas disponíveis, descreve-se que a perspectiva da Agroecologia passou a ser introduzida na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. Desse ano em diante, percebeu-se que o MST intensificou seu discurso em favor de um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

Em 1995, o MST passou a integrar a Via Campesina cuja atuação ocorre de forma destacada em relação à agenda socioambiental e se propõe a cumprir um papel de aglutinação dos Movimentos Sociais do campo no Brasil. A partir de 1999, ano em que a seção brasileira da Via Campesina foi formada, as pautas socioambientais passaram a ser debatidas de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações das entidades que compõem a Via Campesina no Brasil, como o MST, o Movimento dos Atingidos por

⁴ Essa crise foi evidenciada inclusive pelo próprio MST e por parte de estudos acadêmicos realizados por integrantes vinculados à direção do movimento, como na dissertação de mestrado de Martins (2003).

⁵ Segundo Costa Neto e Canavesi (2002) *apud* Gliessman (2000), ao longo do século XX esse conceito foi passando por diversos rearranjos e novas interpretações, desde um apelo mais voltado à “consciência ambiental”, passando pelo manejo de agroecossistemas até ser tratada como um paradigma socioambiental.

Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Assim, no ano de 2000, o MST expõe, em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de transição associada aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental nesses locais, bem como de levar este novo discurso à sua base social, junto com outros diversos assuntos que merecem atenção como a violência no campo e o combate a política neoliberal do Estado (MST, 2009).

Recentemente, mais um fato que explicita a presença das pautas socioambientais, dentre elas a do debate da Agroecologia, foi a importância dada a esse tema em seu último Congresso Nacional (realizado em 2007), no qual o Movimento a assumiu como um de seus compromissos políticos estratégicos (MST, 2007). Dessa forma, a percepção acerca das deliberações políticas e o conjunto de ações, em um determinado movimento social (no caso MST), também estimularam reflexões acerca das estratégias de organização das experiências em Agroecologia e as disputas políticas ocorridas em meio ao processo de formação dos assentamentos de reforma agrária.

Nesse sentido, como aludem Costabeber e Moyano (2000), a transição agroecológica nos mais diversos cenários está sendo impulsionada por meio de dois processos complementares: a ecologização e a ação coletiva. Esses dois processos perpassam pela adoção de mudanças das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção. Nessa confluência de ações e atividades desenvolvidas, cabe considerar a influência e a ação dos mediadores técnicos, como por exemplo, ONGs nacionais e internacionais e a Via Campesina, e ainda, as políticas públicas e assistência levadas a cabo. Fica, porém, indicado que esse é um processo em construção, e que esse movimento social tenta se colocar como um agente que irá interagir com esse ideário socioambiental⁶.

Ressalta-se que a Agroecologia, no caso do Assentamento Santa Rosa em Tupanciretã-RS, no qual foi realizada a pesquisa empírica que adensa esse trabalho, foram encontradas evidências de que a constituição desse Assentamento teve forte mediação e a influência do Estado por meio do governo do RS (1999-2002), bem como da direção do MST no período, ambos preconizando o debate sobre a Agroecologia como um projeto socioambiental para esse assentamento.

Nessa conjuntura, e devido ao considerável apoio dos Movimentos Sociais Rurais, ocorreu a ocupação de cargos estratégicos no governo do estado neste período por integrantes desses movimentos ou por agentes a eles vinculados, especialmente na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com destaque para a formação do Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC).

Considera-se, sob essa perspectiva, que um processo social, como a constituição de um assentamento, adquire sentido quando integra e interliga uma série de acontecimentos sociais, como os que aqui foram brevemente discutidos, que por sua vez está imbricado com o contexto do assentamento influenciando em diferentes graus a configuração desse espaço social. A partir disso é possível entender que o espaço do assentamento não pode ser limitado a um local isolado, ou a uma parte englobada por um município, pois seria uma opção que não daria conta de perceber a fluidez e as nuances das relações sociais que ocorrem para dentro e fora desse local. Assim, esse conjunto de iniciativas e ações distintas entre Estado e MST, ou seja, essa dinâmica das interações visa incluir a reciprocidade entre os agentes que formam a configuração desse espaço e os agentes exteriores a ele nesse processo, os quais serão discutidos de forma mais específica a seguir.

⁶ Destaca-se que o MST nesse aspecto, não só no sentido de abranger e consolidar experiências e iniciativas locais de produção agropecuária junto aos assentamentos assume relevância na produção de um discurso e de uma simbologia relativa à agroecologia.

O Assentamento Santa Rosa e suas interfaces com o contexto local

O Assentamento Santa Rosa, escolhido como universo de pesquisa empírico, foi um dos assentamentos estruturados durante o governo estadual no RS, de 1999-2002, pelo programa “novo modelo” de assentamentos. Esse Assentamento foi formado ao final do ano de 1998, após a ocupação da área e o estabelecimento de um acampamento, em 1996. Esse programa estadual de reforma agrária também tinha como uma de suas diretrizes o estímulo à Agroecologia, a organização coletiva dos lotes, formação de assistência técnica especializada para assentamentos de reforma agrária, crédito diferenciado, dentre outras diretrizes como alternativa de produção agrícola e propostas de sistema de produção para os assentamentos diferentes das preconizadas pelo governo federal na mesma época.

O município de Tupanciretã, onde está localizado o assentamento estudado, fica na região centro-oeste do estado do RS, com aproximadamente 22.556 habitantes, em 2007, segundo estimativa do IBGE (2006), dentre os quais, aproximadamente 5.000 pessoas residem em área rural e das quais 706 famílias (2.600 habitantes) vivem em assentamentos rurais. Este dado representa que 57,63% da população rural do município estão em assentamentos de reforma agrária. No município estão instalados 17 projetos de assentamentos⁷, sendo 11 considerados sob coordenação política⁸ do MST.

Um dos aspectos marcantes em relação à produção agrícola no município de Tupanciretã é por ter uma das maiores produções de soja do estado, bem como um grande número de assentamentos de reforma agrária. Diante desse contexto, Tupanciretã é considerado o município que detém a maior produtividade de soja do estado por hectare, com média de 40 sacas/ha (dados da assessoria de imprensa da EMATER, 2009)⁹.

Ainda cabe destacar que em 2006, conforme dados da Fundação de Economia do Rio Grande do Sul (FEE-RS), o município esteve entre os 10 maiores em produção de Valor Agregado Bruto (VAB) para a agropecuária no RS. No município há também pequenas propriedades responsáveis pela diversificação da produção agrícola local, com o plantio de culturas como milho, feijão, mandioca, arroz, dentre outros produtos agropecuários. Ao longo dos anos também foram intensificadas atividades agropecuárias como a produção leiteira, a piscicultura e a suinocultura. Contudo, observou-se que apesar dessa diversidade produtiva, a infraestrutura urbana e rural do município, bem como os meios de recepção e escoamento da produção agropecuária estão em grande medida direcionados e estruturados para o plantio e a colheita de soja.

No Assentamento Santa Rosa, tinham 129 famílias assentadas, com cerca de 370 habitantes e tem 2200 hectares de extensão, com média de 15 hectares por lote/família. O Assentamento Santa Rosa foi dividido em quatro bolsões, cada um considerado uma comunidade (Bolsão 1, 2, 3 e 4). Neste Assentamento, segundo os assentados, as famílias são oriundas das mais diversas regiões do RS e de aproximadamente 50 municípios do estado. As fontes de pesquisa consultadas não oportunizavam em seu conjunto de dados uma especificação do aspecto supramencionado.

A recente conjuntura política do município apresentava uma determinada relação com a organização e o contingente populacional que habitam os assentamentos sob a coordenação do MST, e traduz, de alguma forma, como esse campo social é composto e a posição que os agentes ocupam no mesmo. Esse fato pôde ser evidenciado, por exemplo,

⁷ Em relação à organização e coordenação política dos assentamentos de Reforma Agrária na região foi observada a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Municipais Sem Terra (MMST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

⁸ Coordenação política é uma categoria relativa a um termo utilizado pelos sujeitos da pesquisa para se referir sobre qual organização à maioria dos assentados (as) dialogam, tem identificação política e se sentem representados.

⁹ A região, a qual abrange os municípios de Tupanciretã, Jarí e Quevedos, possui uma área de 137 mil hectares cultivados com soja.

pela composição do atual governo municipal, no qual o Prefeito eleito na época era do PMDB e o vice-prefeito era do PT, os quais tiveram apoio reconhecido por parte da maioria dos assentados, por intermédio dos dirigentes. Outro fato que realça este fato era que o Secretário Municipal de agricultura e um dos vereadores eleitos, na época da pesquisa, foram assentados.

No município também se destacavam as cooperativas, as quais agregam os assentados e agricultores a elas associados, pois são mobilizadoras de recursos financeiros na economia local e ocupam posições de destaque no campo social observado. Em Tupanciretã há duas cooperativas vinculadas aos sistemas de produção agropecuária dos assentamentos, considerados sob coordenação do MST. Uma delas é a Cooperativa Mãe Terra (COOPERTERRA) que é uma cooperativa de produção agropecuária formada em 2001 e possui cerca de 300 associados, dentre estes os assentados no Assentamento Santa Rosa. Sua principal atividade é o apoio à produção de leite nos assentamentos. A cooperativa é dirigida e gerenciada pelos próprios assentados e as gestões têm sucessão bianual.

Segundo Balen e Silveira (2005), com a estruturação da COOPERTERRA, muitos agricultores assentados tiveram a possibilidade de ter uma alternativa de produção agropecuária em relação ao monocultivo da soja, seja combinando ou substituindo a sua produção, dispondo de infra-estrutura e de acesso a um mercado que garantiria a comercialização de outro produto, neste caso o leite. Contudo, cabe destacar que nos lotes do Assentamento Santa Rosa, também pôde ser observada, nas visitas em meio à realização da pesquisa, a existência da produção de horticultura, fruticultura, lavouras de milho e mandioca, produção artesanal de biscoitos, pães e artesanatos, por parte de alguns assentados. Nestes também pôde ser observada a criação de animais como suinocultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite.

Dessa forma, conforme os levantamentos feitos pelos técnicos da COPTec, o estímulo de outras cadeias produtivas, por meio da cooperativa, como a produção de leite, ovinocultura, apicultura, horticultura e a bovinocultura de corte nos assentamentos de Tupanciretã, possibilitou a geração de um montante de R\$ 17,6 milhões anuais entre os assentados, no qual esse valor tende a ser gasto no comércio local¹⁰. Esse fator demonstra a coexistência de outras formas de produção agrícola e geração de recursos econômicos para o município, junto com a preponderância da cadeia agrícola e econômica da soja.

Da mesma forma, é importante destacar a atuação da Cooperativa organizada pelos técnicos que atuam junto ao MST: a COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. A COPTec foi fundada em 1996, em meio à realização do Projeto LUMIAR, e tem como finalidade principal desenvolver atividades de elaboração e coordenação de projetos de fomento técnico e crédito, bem como atividades cotidianas de assistência técnica. Essa Cooperativa em Tupanciretã realizava assistência junto aos onze assentamentos sob a coordenação política do MST.

Por meio da COPTec foram viabilizados e efetivados diversos convênios com entidades governamentais, principalmente junto ao INCRA, e também com organizações não-governamentais, os quais possibilitaram apoio e fomento técnico, captação de recursos para viabilização de projetos junto aos assentamentos e para a realização das atividades técnicas por meio da aquisição de equipamentos para o seu corpo técnico. Com a existência da COPTec foi possível proporcionar aos assentados uma assistência técnica relativa às diretrizes do MST, bem como sendo uma alternativa, única ou às vezes concomitante, com a oferecida pelo Estado.

Outras formas de atuação técnica foram também observadas nos assentamentos, em conversas durante a pesquisa, com os assentados e a direção do MST situados no

¹⁰ Durante a realização das observações na pesquisa empírica foi notória a ocorrência de uma grande movimentação no comércio e nas agências bancárias locais no dia em que os assentados deslocaram-se ao centro de Tupanciretã para ir a COPTec receber o pagamento referente ao leite vendido.

Assentamento Santa Rosa. Dentre elas, foram citadas algumas ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do INCRA.

Essas instituições do Estado, segundo relatos coletados durante a pesquisa junto aos agentes sociais, não apoiavam as experiências locais diferenciadas de desenvolvimento socioambiental para os assentamentos, como a da Agroecologia, organizadas pelos assentados, técnicos e dirigentes do MST. Percebeu-se também nos assentamentos a influência e a intervenção das empresas reconhecidas como “granjas” presentes no município, as quais estimulavam e auxiliavam o escoamento da produção de soja no interior dos assentamentos.

A fim de visualizar e identificar os principais aspectos que influenciaram na constituição do Assentamento Santa Rosa evidenciou-se que isso não será possível ao focar um único grupo de agentes no campo social. Percebeu-se que esse processo exige um estudo das relações entre os diferentes agentes que convivem juntos nesse campo e das mudanças nas relações de poder que são produzidas e reproduzidas sucessivas vezes (ELIAS, 1994). A partir disso, é possível analisar que cada grupo social em função das condições objetivas que caracterizam sua posição no campo social constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação no âmbito específico do MST, como do assentamento aqui ilustrado, junto com seu conjunto de agentes, ou mesmo no lote do assentado.

Mediante as inter-relações buscadas no contexto local junto aos assentamentos, focando no caso do Assentamento Santa Rosa, buscou-se identificar algumas situações e relações que reconhecidamente influenciaram na constituição desse assentamento e na base social do MST que vivem suas experiências e situações de vida nesse espaço social. Desse modo, acredita-se que ao expor esse conjunto de relações inerentes a um contexto local, além de auxiliar, amplia e embasa a análise acerca das relações de interdependência entre o Estado, em suas esferas de governo federal e estadual responsáveis por fiscalizar e fomentar os assentamentos, como no caso do RS, e o MST que atuou junto ao processo de formação do assentamento abordado.

As relações de interdependência entre as políticas públicas, o agronegócio e a produção agropecuária do Assentamento Santa Rosa

Referente ao caso abordado nesse trabalho, no qual é possível identificar relações de interdependência entre o Estado e o MST (no qual tem alguns grupos que apóiam eleitoralmente a Presidenta eleita) pode-se considerar que o Governo Federal anterior (2003-2010) desenvolveu algumas ações governamentais e políticas públicas, as quais tinham como indicativo ter algum grau de atenção direcionada para os assentamentos de reforma agrária. Dentre essas, as que se destacavam e foram mencionadas no Assentamento Santa Rosa pelos assentados eram as políticas públicas que enfocavam a pequena produção agrícola com os assentados que compõe a base social do MST como público assistido.

Exemplo disso é a ação do MST, junto ao Estado brasileiro em relação à questão fundiária, no qual o movimento pode e tende a selecionar os destinatários para a ocupação dos lotes nos assentamentos. De modo similar, os movimentos sociais dependem do Estado para levar adiante a ocupação de terras, a legalização dos lotes, o acesso às políticas públicas, pois os possíveis benefícios a serem obtidos tendem a constituir um argumento considerado relevante para o Movimento planejar suas ações e ter representatividade junto a sua base social. Sob essa perspectiva, é possível referenciar-se em Sygaut (2009) no sentido de que os movimentos sociais e o Estado estabelecem e formam diretrizes entre si, onde acordam e convencionam, por exemplo, a constituição dos assentamentos de reforma agrária.

Essas políticas seriam as de crédito agrícola, como o PRONAF, que por sua vez tem em uma de suas linhas, o fomento a Agroecologia e o PRONAF B, à assistência técnica e a extensão rural, como no caso do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

(PNATER), e as medidas que tratam do escoamento da produção pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Ainda, no primeiro mandato do governo Lula a meta política no MDA, como alude Branford, (2010), era fomentar o aumento da eficiência dos assentamentos de reforma agrária.

Em meio à pesquisa empírica realizada, em observações e conversas, bem como nas evidências encontradas na pesquisa bibliográfica pode-se dizer que, na esfera do RS, houve um estímulo mais efetivo por parte do Estado para a consolidação do Assentamento Santa Rosa, como tantos outros coordenados pelo MST, entre os anos de 1999 a 2002. Durante conversas com os assentados, técnicos e dirigentes no Assentamento notaram-se ressalvas em relação ao governo estadual acima mencionado, pois também alegaram a realização de “ações demasiadamente de caráter publicitário” por parte do governo do estado naquela época. Contudo, estes agentes admitiram e reconheceram os avanços, investimentos e estímulos de ordem política e financeira realizados na estruturação do Assentamento por intermédio do “Programa Novo Modelo de Assentamentos” e por parte da EMATER-RS¹¹.

A partir desse conjunto de acontecimentos históricos, ao analisá-los é possível considerar que os agentes e as estruturas sociais não estão em posições estáticas e tem ações pré-determinadas, inclusive nessa relação entre Estado e os Movimentos Sociais, mais especificamente no caso o MST, pode ser concebida como um processo dinâmico e inter-relacional. Desse modo, em Elias (1994) é possível observar uma possibilidade analítica que foca-se nas teias de interdependência que formam as configurações sociais, as quais oportunizam observar que as suas interações sociais passam por diversas concepções as quais configuram um novo sistema de formação e de manutenção social em um determinado espaço social orientado e dependente, podendo ser aspectos que se tornam mais visíveis do que os conflitos políticos, ideológicos ou sociais (ELIAS, 1994).

Em meio a esse conjunto de relações de interdependência, considera-se que não é possível mensurar ao certo a efetividade das políticas públicas tanto do Governo Federal, como Estadual junto aos assentamentos de reforma agrária sob a coordenação política do MST, em âmbito nacional e os seus impactos ao estímulo efetivo de técnicas de produção agropecuária, por exemplo, nos preceitos da Agroecologia.

Porém, foi possível observar durante a pesquisa realizada que essas políticas desde seu processo de formulação, até o acesso estão imersas geralmente em tensões, conflitos e negociações, pois nisso há o Estado que espera do beneficiário (assentados) e da política publica um determinado resultado que difere das condições de vida e por vezes dos projetos e planos dos assentados, técnicos e dirigentes políticos que vivem em uma determinada realidade em um assentamento.

Evidenciou-se também que os agentes sociais atuantes junto ao Assentamento Santa Rosa, em meio à realidade do município de Tupanciretã, quando mencionam a Agroecologia, conotam, em seu conteúdo, à possibilidade de questionamento e resistência exercida e vivenciada em relação ao agronegócio. Porém, da mesma forma, proporciona a estes ocuparem outros espaços, como a feira de comercialização de produtos considerados “orgânicos” ou coloniais¹² no município e outras localidades¹³, ou mesmo buscarem novas formas de financiamento para projetos de fomento da assistência técnica.

Mesmo que assuma um enfoque de viés produtivista e tecnicista, sob determinados aspectos, foi observado que o uso de técnicas de produção agropecuária associadas aos preceitos da Agroecologia no MST junto ao Assentamento Santa Rosa possibilitou formas

¹¹ Considera-se que a tese de Da Ros (2006) é um estudo qualificado e detalhado sobre esse processo social e político no RS e sustenta essa evidência apresentada nesse trabalho.

¹² Produtos de origem vegetal ou animal produzidos de forma caseira, artesanal em instalações de pequeno porte em agroindústrias familiares, caseiras, artesanais e de produtos coloniais. Ver mais em Prezotto (1999).

¹³ A COPTEC, segundo declarações do coordenador da equipe, tem estimulado e proporcionado a participação das famílias assentadas em Feiras em outros municípios, como a Feira da Economia Solidária do Mercosul que é realizada anualmente em Santa Maria – RS, por exemplo.

de coexistência e de estabelecimento de relações junto à comunidade local. A produção agropecuária de pequeno porte e com uma marca reconhecida como colonial, orgânica ou agroecológica dos assentados que é comercializada e circula no mercado local compõe esse espaço como uma alternativa, mesmo que com limitações sejam de escala produtiva ou comercial.

Do mesmo modo, em alguns lotes do Assentamento Santa Rosa pode ser observada a produção de soja de forma isolada por lote ou como produção integrada entre lotes vizinhos. A produção de soja transgênica ocorre nos assentamentos na maioria das vezes por intermediação da ação política e produtiva dos grandes produtores do município aliados ao agronegócio.

Esta intermediação acontece na forma de auxílio tanto na produção, quanto no escoamento da produção no próprio lote do assentado. Outra forma que ocorre comumente é uma espécie de locação informal da área agricultável do lote para a produção de soja no qual o assentado é pago com uma porcentagem da produção colhida. Ainda, mais uma forma, de acordo com Balen e Silveira (2005) em relação à realidade estudada nos assentamentos de reforma agrária em Tupanciretã, é o fato das empresas locais financiarem as lavouras de muitos assentados, ou seja, fornecem os insumos para o plantio de soja e estes pagam na safra. Porém, faz parte deste acordo comprar todos os insumos recomendados pela empresa e comercializarem a produção por meio da empresa.

A vivência do agricultor-assentado nestes processos implica a busca de uma significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e capacidade produtiva, a dinâmica social de sua família, enfim, o ambiente de seu lote, o assentamento e a própria região. Nesta direção, argumenta-se que as ações são e estão integradas em um modo de vida e não apenas em um modo de produção nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, observou-se que no Assentamento Santa Rosa, ocorriam, por parte dos assentados, tanto experiências vividas em concomitância com a produção agropecuária associada, em algum grau, aos preceitos da Agroecologia, quanto com a produção de soja transgênica em larga escala. Portanto, foram observadas entre os assentados e no espaço do Assentamento múltiplas experiências produtivas e de práticas associadas a sua sobrevivência naquele contexto, seja na forma de autoabastecimento, como na formação de redes de mercado local, não somente vinculadas à cadeia produtiva do monocultivo da soja que é hegemônica no município, nem exclusivamente a da Agroecologia que é fomentada pelo MST.

Essa evidência pôde ser percebida durante a realização da pesquisa empírica no Assentamento Santa Rosa. Foi observado naquela realidade local que houve dificuldades por parte dos assentados em acessar os recursos de crédito por existir uma predileção em financiar projetos relacionados à produção agrícola considerada convencional associada ao monocultivo de grãos e ao agronegócio, fator esse que tende a influenciar e muitas vezes determinar qual o tipo de produção agrícola realizada nos assentamentos.

Um dos depoimentos do assentado R. revelou esta tendência: “o que que acontece a linha de crédito hoje no Brasil é diferenciada. Hoje nós temos a agência de Tupanciretã que trabalha com soja e milho no custeio e não tem mais o que fazer e a gente diz, ah, tem o PRONAF Agroecologia mas não [...]”.

A técnica J. ao ser questionada em relação ao acesso as políticas públicas que possam vir a estimular a realização de outros cultivares agrícolas não associados ao agronegócio, mais próximos aos preceitos do MST, disse que “*É bem falho assim. O acesso ao crédito induz a não produzir nada parecido com a Agroecologia, pois o crédito é bem direcionado aos grãos, inclusive das sementes. O que agente tem são pequenas experiências*”.

O dirigente P. declarou que, além do direcionamento na aprovação do financiamento por parte da agência local do Banco do Brasil, há dificuldade em acessar o PRONAF por parte dos assentados

Os oficiais aqui, não só em Tupã, mas não só aqui, é difícil. Mas daí tu cai, esbarra no Banco do Brasil. O BB tem cidades como Tupã, não viabiliza financia, arroz, feijão, pasto. Mas se tu ir lá com um pacote fechado para financiar soja e milho te financiam na hora. Essa é uma das grandes dificuldades nossa. Pois o governo lança e cada agência tem uma autonomia.

Essas percepções ressaltam a dissonância que há em relação à publicização de um Programa ou política pública para a pequena produção agrícola e a forma como efetivamente elas estão sendo operacionalizadas, na localidade e no Assentamento onde foi realizada uma parte deste estudo. Os fatos relatados, além de evidenciarem assimetria na destinação de recursos e incentivos por parte do Estado aos grandes produtores do agronegócio, em relação aos pequenos produtores rurais, também demonstraram que há restrição ao acesso das políticas públicas aos assentados com uma produção agropecuária relacionada aos preceitos orientados pelo MST. Somado a isto, as agências de fomento e pesquisas em agropecuária do Estado em relação ao estímulo das técnicas agropecuárias associadas à realidade da pequena produção, no Assentamento Santa Rosa, tem a seguinte forma de atuação, conforme relatou o assentado C. *“É aquilo que os companheiros já falam... a EMBRAPA, é aquele quadradinho, vieram fazer dois anos de experiência aqui e não tiveram a interferência de ninguém. Eles vieram aqui e fizeram o modelo tradicional”*.

Para o técnico A., as agências governamentais atuaram da seguinte forma quando desenvolveram iniciativas junto aos assentamentos em Tupanciretã *“Quando vêm aqui eles vem com o pacote deles aqui pronto. Trazem e tentam implementar e pronto para dentro dos assentamentos”*.

Estes fatos demonstram a predileção e a disponibilização de financiamento e estímulo por parte do Estado ao modelo de produção agropecuária do agronegócio por meio das agências estatais neste governo, mesmo que em contradição com a realidade e o tamanho dos lotes. Em Tupanciretã, no Assentamento estudado, os órgãos estatais vinculados ao governo Federal mencionados são à agência do Banco do Brasil no município, a EMBRAPA e o INCRA.

Dessa forma, diante das relações de interdependência entre os assentados e técnicos no acesso as políticas públicas estatais de crédito e assistência técnica foi possível evidenciar que nos assentamentos de reforma agrária, a produção e a vivência podem estar entrelaçadas em diversas estratégias e condutas produtivas, como a expansão da monocultura da soja em conjunto com a produção agropecuária convencional de pequeno porte ou associada aos preceitos da Agroecologia. Diante dessa realidade, é possível encontrar, em uma mesma configuração social, distintas relações entre grupos e agentes, porque existem segundo Elias (1994), diferentes graus de coesão e dependência social entre esses agentes sociais em um espaço.

Em relação a possibilidade dos assentados realizarem outras formas de produção agropecuária no Assentamento Santa Rosa foram evidenciadas também a influência de aspectos de ordem socioambiental, que extrapolam a capacidade de escolha individual dos assentados. Além das dificuldades relativas ao acesso das políticas públicas, falta de mão-de-obra, dificuldade de escoamento e comercialização da produção, do mesmo modo foi também observada a dificuldade em iniciar práticas associadas à Agroecologia ou outra forma além da reprodução do agronegócio. Essa situação ocorria devido a situação dos vizinhos de lote dos assentados, dentro ou fora Assentamento, produzirem cultivares transgênicos com a utilização de agrotóxicos, pois conforme o técnico R. C.,

Dependendo aonde o cara for querer fazer Agroecologia não consegue devido à monocultura da soja, devido os venenos e a contaminação da transgenia nos lotes vizinhos. Não tem escolha aqui só tem que usar transgênico, aqui em Tupanciretã não se tem essa liberdade de trabalhar com soja não-transgênica.

Desse modo, por meio desse conjunto de aspectos sociais e ambientais contidos nesse espaço, evidenciou-se que a rede de interdependência que configura a constituição do Assentamento Santa Rosa é originária de um entrelaçamento de relações entre as instituições do Estado da esfera de governo federal e em maior grau da esfera estadual, presentes em Tupanciretã (Banco do Brasil, INCRA, EMBRAPA, EMATER e Gabinete de Apoio a Reforma Agrária e Cooperativismo no governo estadual entre os anos de 1999-2002), agentes dentro do próprio MST em âmbito nacional, regional e local (assentados, técnicos e dirigentes junto as suas cooperativas e a organização no assentamento), o contexto social e político de Tupanciretã, além das características socioambientais do Assentamento. Assim os agentes sociais que estão engajados em um campo têm um certo número de interesses em comum e a tudo aquilo que vincula-se a própria existência do campo, configurando relações de cumplicidade objetiva subjacente a todos os possíveis antagonismos (BOURDIEU, 1989).

Considerações Finais

Por meio desse trabalho, buscou-se ampliar a compreensão das ações políticas que influenciaram na constituição de um assentamento de reforma agrária, como no caso focado nesse estudo, possibilitando compreender como este processo seguiu uma determinada configuração e tendência histórica e política. Desse modo, pode-se considerar que os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e redirecionamentos nas estratégias de organização da produção, o que torna esses espaços permeados por sociabilidades dinâmicas. Assim, a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais podem ser analisadas como um processo, cuja análise recai sobre as teias de interdependência que formam as configurações sociais em determinados contextos e as diferentes formações sociais nessa rede que ao longo do tempo tornam-se cada vez mais complexa.

Nesta direção argumenta-se que as ações são e estão interligadas com um modo de vida dentro de um Assentamento, junto ao contexto local e a ação das instituições e órgãos do Estado. Um dos desdobramentos, no caso aqui observado com o objetivo de problematizar as possíveis relações entre a ação do MST e a do Estado é a produção da soja que acontece no Assentamento Santa Rosa aliada e em concorrência com outras formas de produção agropecuária, como a produção associada aos preceitos da Agroecologia e o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, que em determinado grau também assumiram legitimidade social como fontes de renda e sobrevivência tanto no Assentamento, como no município.

Ao conceber uma conclusão, embora não se constituindo algo conclusivo (finalizado) a este respeito, pode-se perceber que a centralidade deste entendimento, está calcada em determinantes nas quais demonstram diversas formas de desenvolvimento social, pois segundo Elias (1994) as relações na formação da sociedade não são homogêneas, em razão da vinculação que estas mantêm de interdependência, no tocante as complexidades sociais instadas entre os agentes, que não se mantêm circunscritas a formulas ou "modelos" pré-determinados. Essas relações que determinam uma dinâmica configuracional na constituição desse Assentamento e opções de vida dos assentados ocorreram em um entrelaçamento social entre o MST por meio de suas cooperativas, assentados, técnicos, dirigentes e demais espaços e agentes; pelo Estado em suas esferas governamentais a partir de suas instituições (Banco do Brasil, INCRA, EMBRAPA e EMATER); e pelo conjunto de aspectos conjunturais locais como ação de empresas do agronegócio, granjas, grandes produtores e governo municipal que foram evidenciadas e discutidas nesse estudo.

Essa configuração que foi discutida nesse trabalho formou-se pela interdependência dos agentes em sociedade e podem ser marcadas por agentes que ora disputam, ora concorrem e ora estabelecem relações de cooperação, isto é, na capacidade de influenciar no tempo e espaço a partir de suas estratégias instauradoras e mantenedoras de relações de poder presentes no processo social de constituição de um assentamento de reforma

agrária. Desse modo, buscou-se exercitar e discutir sobre o conjunto das situações e de agentes sociais que atuaram interligados ao longo do processo histórico e político na configuração do processo de constituição de um assentamento de reforma agrária.

Referências bibliográficas

BALEM, T. A; SILVEIRA, P. R. C. A Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2005.

BARCELLOS, S. B. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Rio de Janeiro-RJ. CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado. 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P. e NORDER, L. A. Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/** – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BORGES, J. L. **A transição do MST para a Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. 183f.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANFORD, S. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 1, nº 4, p. 50-60, out/dez, 2000.

COSTA NETO, C. P. L.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopía**. México: Clacso, p. 203-215. 2002.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 475p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EMATER-RS. Escritório Municipal de Tupanciretã. **Relatório de Ações e Resultados 2001**. Tupanciretã, 2001.

FEE – **Banco de Dados Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp, Acessado em 16 de Dezembro de 2009.

FERRANTE, V. L. S. B. **Caminhos e descompassos do Sindicalismo rural paulista**. Perspectivas, São Paulo, 12/13: 73-102, 1989/90.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. FEE-RS. **Agropecuária, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB) per capita e população dos 10 maiores municípios segundo o VAB da agropecuária do RS. 2006.**

GÖRGEN, S. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** Porto Alegre, 2004.

IBARRA, P; PUIG, S. M; GOMÁ, R. (2002). **Creadores de Democracia Radical: Movimientos Sociales y Redes de Políticas Públicas.** Movimientos sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. Espanha: Icaria, p. 9-22.

LEDESMA, M. P.(1994). Cuando lleguen los días de la cólera (Movimientos sociales, teoría e historia). **Revista Zona Abierta** 69.Nº. 34, pp. 53-117.

MARTINS, A. F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo:** as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos no RS iniciam nova etapa de assistência técnica.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20057>. Matéria de: 16/01/2009. Extraído: 16 de Março de 2009.

MOREIRA, A.; MEDEIROS, V. A Reestruturação Territorial Através de Assentamentos Rurais: o caso do Município de Tupanciretã – RS. **Revista Geografia: Ensino & Pesquisa,** Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 86 – 93, 2009.

MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** Carta Maior, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 de Junho de 2007.

MST. **Sobre o MST** in Quem somos; Nossa história; Últimas Notícias. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>. Acessado em: 14 de Dezembro de 2009.

PREZOTTO, L. L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária.** Dissertação – Curso de Pós - Graduação (Mestrado) em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1999.

ROSA, M. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Soc. estado.** [online]. vol. 22, n. 3, pp. 715-751. 2007.

SCARIOT, A. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR.** 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2003.

SIGAUD, L. A engrenagem das ocupações de terra. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SIGAUD, L. A forma de acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**. 2000.

SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves. In Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SIGAUD, L. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. In: Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** / = São Paulo: Editora UNESP, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.

VALADÃO, A. C.; BRANDENBURG, A. **A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná**. Artigo apresentado no GT18. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>. Acessado em: 10 de Agosto de 2009.

VENDRAMINI, C. R. **Pesquisa e movimentos sociais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VENDRAMINI, C. R. **Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana**. In: Célia Regina Vendramini. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. 1 ed. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, p. 69-90, 2002.

ZIMMERMANN, N. C. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L. S. et al. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.